

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS GERAIS

01

A não inclusão do montante efetivamente estimado da arrecadação de receitas no orçamento público afeta a programação das despesas, que vão gerar bens e serviços públicos, e contraria o princípio orçamentário da(o)

- Universalidade
- Exclusividade
- Discriminação
- Unidade
- Orçamento bruto

02

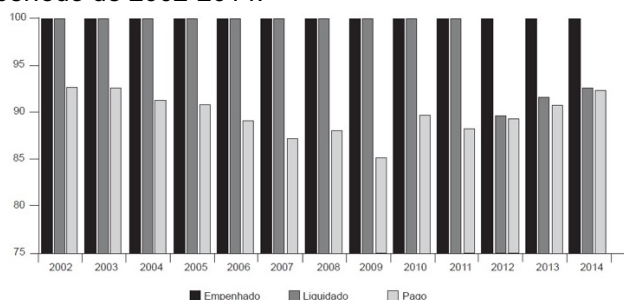
No processo de planejamento dos entes públicos, estão previstos instrumentos de planejamento de curto e médio prazos com objetivos e conteúdos específicos para favorecer a melhoria da gestão dos recursos públicos.

Ao se analisar o conjunto das peças orçamentárias de um ente, um item previsto em instrumento com perspectiva de médio prazo, mas com reflexos no orçamento anual, é(são)

- a definição de condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- o orçamento de investimento das empresas estatais.
- as normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.
- os objetivos e as diretrizes para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

03

Considere o gráfico a seguir, que ilustra, em dados percentuais, a execução orçamentária do Ministério da Saúde em Ações e Serviços Públicos de Saúde no período de 2002-2014.



VIEIRA, F.S.; PIOLA, S.F. Restos a pagar de despesas com ações e serviços públicos de saúde da união: impactos para o financiamento federal do sistema único de saúde e para a elaboração das contas de saúde. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 25 (Texto para discussão, n. 2225.) Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6975/1/td_2225.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024. Adaptado.

A análise das informações ilustradas no gráfico possibilita constatar o seguinte:

- a demanda efetiva de ações na área de saúde apresentou retração a partir de 2012.

b) as despesas inscritas em restos a pagar não processados até 2011 possuem cobertura financeira integral.

c) o cumprimento da etapa de liquidação da despesa não afeta a inscrição em restos a pagar.

d) o planejamento orçamentário das ações na área de saúde teve acurácia perfeita até 2011.

e) pode ter havido um processo de liquidação forçada até o exercício de 2011.

04

Dados do Ipea indicam que, nos tributos sobre bens e serviços, proliferam benefícios fiscais, regimes especiais, isenções e reduções de bases de cálculo, que nem sempre logram o objetivo de adequação da carga tributária ao perfil socioeconômico do país. Por representarem efetiva renúncia de receita, tais benefícios estão sujeitos a regras de concessão, dados os seus impactos nas finanças públicas.

Nesse sentido, a concessão de um benefício fiscal, por meio da redução da alíquota de um tributo, por um período de três anos, para incentivar o desenvolvimento de um ramo da indústria, deve atender, entre outras, à seguinte condição:

- poder ser compensado com recursos de reserva de contingência.
- ser considerado nas diretrizes do plano plurianual em vigor.
- ter suas medidas de compensação definidas na LOA.
- reduzir o déficit nominal no exercício de concessão e nos dois seguintes.
- não ser concedido em exercício financeiro com déficit fiscal primário.

05

Um servidor defende, no âmbito das receitas que compõem o orçamento, a necessidade de renúncia de receita para gerar desenvolvimento em determinada região.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia pode compreender crédito

- presumido
- especial
- majorado
- provisório
- extensivo

06

Um integrante da comissão de orçamento de órgão público busca analisar as despesas continuadas.

De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a

- dois exercícios

- b) trinta dias
- c) quatro meses
- d) vinte horas
- e) três anos

07

Por contar apenas com uma instituição federal de educação superior, um estado da federação mantém em sua estrutura duas universidades estaduais com estrutura multicampi para atender ao interior do estado, à luz das demandas regionais de formação superior.

De acordo com as regras fiscais para controle e acompanhamento de despesa com pessoal dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa com pessoal dessas instituições estaduais de ensino

- a) conta com transferências do governo federal para sua cobertura, por se tratar de educação superior.
- b) deve ser objeto de tomada de contas especial periódica pelo respectivo Tribunal de Contas.
- c) está sujeita aos limites aplicáveis à estrutura do Poder Executivo Estadual.
- d) fica fora do limite se for coberta com orçamento das receitas próprias geradas pelas instituições.
- e) tem limite específico no orçamento a elas destinado de forma discricionária.

08

Um administrador atua no setor que organiza o orçamento de determinado órgão público. Todos os anos, ele estabelece a previsão das receitas e a fixação das despesas em determinado período de tempo.

Segundo a doutrina, o orçamento público é um instrumento de

- a) pesquisa
- b) elaboração
- c) desenvolvimento
- d) articulação
- e) planejamento

09

A avaliação da governança de uma política, segundo o método de multicritérios de apoio à decisão – MDCA, considera que

- a) a definição de forma clara dos papéis e das responsabilidades da coordenação de uma política é indispensável.
- b) a avaliação da governança deve considerar que os componentes do modelo de governança não possuem sobreposições.
- c) o mecanismo de controle, entre os mecanismos de governança, é o que foca apenas a institucionalização.
- d) as políticas que são transversais são mais difíceis de serem avaliadas, demandando outras formas de avaliação que não perpassem por múltiplos critérios.
- e) os rumos da política são impossíveis de serem mudados se a governança já está estabelecida.

10

Os indicadores podem ser separados de acordo com a aplicação nas diferentes fases do ciclo de gestão de uma política pública.

Indicadores como médicos por mil habitantes ou gasto per capita com educação são usados na gestão do fluxo de implementação de políticas públicas, sendo classificados como indicadores de

- a) insumo
- b) produto
- c) impacto
- d) processo
- e) resultado

11

Durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, grandes grupos se articularam para garantir que seus interesses não fossem preteridos na nova Carta Constitucional. Na época, foi veiculada uma matéria de jornal que dizia:

“Lobby é como torcida de futebol, que faz barulho, xinga o juiz e às vezes influencia o jogo”, comparou ontem o primeiro vice-presidente da Fiesp/Ciesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, ao reconhecer que existirão grupos de pressão sobre a Constituinte que se instala amanhã. Para ele, são pressões absolutamente válidas, de vários setores, não só da indústria, que tentará convencer os constituintes sobre a necessidade de suas ideias serem incluídas na nova Carta, como dos próprios trabalhadores, que preparam uma manifestação na frente do Congresso Nacional. “Lobby não é pecado”, resumiu.

FIESP confirma ter grupo de pressão. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34333, p. 6, 31 jan. 1987. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/114320/1987_%2020%20a%2030%20DE%20JANEIO_161.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2024. Adaptado.

Considerando-se o contexto acima e o funcionamento das disputas de poder dentro das democracias contemporâneas, os grupos de pressão são identificados como

- a) prepostos de grandes grupos econômicos que buscam influenciar decisões políticas recorrendo à atividade de lobby, abrindo mão, assim, de recorrer a estratégias político-partidárias, como financiamento de partidos políticos ou de campanhas eleitorais.
- b) conjuntos de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam influenciar as decisões que serão tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político.
- c) associações societárias de caráter público-privado cuja finalidade é defender interesses da sociedade civil como um todo, fazendo frente a iniciativas particularistas que visam articular interesses de conjuntos mais específicos da sociedade civil, obstaculizando leis e políticas públicas setoriais.
- d) organizações não governamentais cuja eficácia de suas ações independe dos recursos de que dispõem — sejam recursos financeiros, de conhecimento ou de relações interpessoais —, mas fundam-se

principalmente no valor ético e moral de suas bandeiras.

e) representantes da sociedade civil devidamente eleitos em pleitos democrático, cujas plataformas se identificam com as causas de determinadas minorias ou associações de classe e cujas ações passam necessariamente pela burocracia formal do Estado brasileiro.

12

No texto a seguir, reflete-se acerca de processos e atores das políticas públicas.

As transformações do Estado impactam diretamente nas transformações das políticas públicas e vice-versa. Estas, derivadas da sociedade civil, especificamente do terceiro setor, são indicadores de ampliação dos espaços historicamente reservados às elites. A reflexão sobre as possíveis articulações entre políticas públicas e desenvolvimento com pretensões sustentáveis, exige um entendimento dos processos políticos e das estruturas de poder que influenciam as decisões e as medidas de governo. A gestão do Estado é um processo intrincado que requisita a negociação de interesses diversos, envolvendo atores sociopolíticos influentes e poderosos, o que é especialmente complexo no Brasil. Apesar das dificuldades políticas e institucionais para influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra formas de aumentar a sua esfera de influência política e direcionar políticas públicas.

MENDES, A. et al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, C.; SOUZA-LIMA, J. (org.). Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32. Adaptado.

Com relação aos atores sociais implicados no desenvolvimento nacional, a concepção de políticas públicas eficazes deve ter como objetivo a(o)

- secundarização do terceiro setor, que apresenta baixo grau de empregabilidade e se restringe a campanhas de mobilização.
- relativização do modelo de parcerias público-privadas, que fracassa em sua experiência internacional, como a estadunidense.
- implementação de programas de ajuste estrutural, adequados ao Consenso de Washington, que visa ao protecionismo comercial e financeiro nacional.
- engajamento da sociedade civil na elaboração, na implementação e no monitoramento de projetos de desenvolvimento, que reforçam a democracia.
- estímulo do modelo desenvolvimentista alicerçado no Estado, capital doméstico e internacional, que reforça a nacionalização da economia.

13

A nova Lei no 14.611, de 2023, dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

A norma modifica a multa prevista no art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho para que corresponda a dez vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, e eleva ao dobro no caso de reincidência, sem prejuízo de outras medidas legais.

A nova lei também obriga a publicação semestral de relatórios de transparência salarial pelas empresas com 100 ou mais empregados com dados e informações que permitam a comparação objetiva entre salários, critérios remuneratórios e proporção de ocupação de cargos de direção e chefias preenchidos por mulheres e homens. Também prevê a divulgação de informações decorrentes de desigualdades de raça, etnia, nacionalidade e idade.

SENADO NOTÍCIAS. Sancionada lei de igualdade salarial entre mulheres e homens. Agência Senado. Brasília, DF: [S.L.] 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/04/sancionada-lei-de-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens>. Acesso em: 2 jan. 2024. Adaptado.

A partir do texto acima, o governo sinaliza sua atuação no sentido de criar incentivos para redução das desigualdades existentes no mercado de trabalho.

Nesse contexto, conclui-se que

- a divulgação das informações decorrentes da lei não trará subsídios para entender a segregação ocupacional por sexo ou raça.
- a transparência salarial, apesar de interessante, não impactará na reputação das empresas, visto que o efeito na empresa será apenas via pagamento da multa.
- o diagnóstico do problema da desigualdade salarial que fundamentou a atuação do governo relaciona-se exclusivamente ao acesso desigual de mulheres e homens no mercado de trabalho.
- o diagnóstico do problema da desigualdade salarial que fundamentou a atuação do governo associa-se a diversos fatores, dentre eles, o fato de a mobilidade hierárquica ascendente nas empresas ser diferenciada entre mulheres e homens.
- as desigualdades salariais entre mulheres e homens concentram-se apenas no topo da distribuição salarial.

14

No âmbito do princípio da legalidade atuam a supremacia da lei e a reserva de lei.

No que concerne à reserva de lei, a doutrina assente estabelece uma relação com a denominada

- atuação negativa
- vinculação positiva
- juridicidade atual
- mecânica limitativa
- inclusão das lacunas

15

Um servidor apresentou requerimento com pedido de licença para acompanhar tratamento de seu padrasto, que é portador de doença grave e incapacitante, atestada por laudo médico.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, e suas alterações, verifica-se que, nesse caso, a(o)

- a) remuneração no período da licença será, no máximo, por trinta dias.
- b) licença poderá ser concedida a cada período de doze meses.
- c) licença concedida a cada período será remunerada por seis meses.
- d) licença será deferida apenas se existirem servidores em número suficiente na repartição para o atendimento.
- e) padrasto não se inclui no conceito de pessoa da família.

16

Um servidor obteve licença para cursar doutorado na Universidade, pelo período de quatro anos. Após ter concluído o curso com êxito e defendido tese, voltou ao órgão originário.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, e suas alterações, após seu retorno, o servidor deverá permanecer no exercício de suas funções por

- a) seis meses
- b) um ano
- c) dois anos
- d) três anos
- e) quatro anos

17

Um servidor público, que deseja dedicar-se ao estudo aprofundado do jogo de xadrez, pleiteou horário especial para exercer essa atividade.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, e suas alterações, o horário especial poderá ser concedido para o exercício de

- a) trabalhos extras
- b) funções especiais
- c) atividade escolar ao servidor estudante
- d) qualquer atividade lúdica
- e) qualquer atividade desportiva

18

Um cidadão requer acesso a documentos e informações guardados por determinado órgão público e recebe, como resposta, que uma parte está protegida pelo sigilo, e a outra foi objeto de extravio.

Nos termos da Lei nº 12.527/2011, informado do extravio da informação solicitada, poderá esse cidadão, para apurar o desaparecimento da respectiva documentação, requerer à autoridade competente a imediata abertura de

- a) investigação
- b) verificação
- c) sindicância
- d) restauração
- e) responsabilização

19

Segundo o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, proporcionado mediante procedimentos objetivos, ágeis e transparentes, em linguagem clara e de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas nessa Lei. Essa informação é obtida por transparência ativa e por transparência passiva.

São exemplos de transparência ativa e de transparência passiva, **respectivamente**, o(s)

- a) atendimento pelo telefone e o atendimento presencial
- b) formulário eletrônico e as redes sociais
- c) formulário físico e o pedido no protocolo
- d) serviço de informações ao cidadão e os sítios na internet
- e) sítios na internet e o serviço de informações ao cidadão

20

A criação de uma agência reguladora, nos termos da Constituição de 1988, dependerá de lei

- a) ordinária, de iniciativa apenas do Chefe do Executivo.
- b) ordinária, de competência privativa do Congresso Nacional.
- c) ordinária, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.
- d) complementar, de iniciativa privativa do Senado Federal.
- e) complementar, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.